

PARECER JURÍDICO Nº 012/2026

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. PREGÃO ELETRÔNICO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. LEI 14.133/2021. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS. CONFORMIDADE LEGAL. VIABILIDADE COM RESSALVAS. PROCESSO LICITATÓRIO 001/2026 – LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA.

1. RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica do Processo Licitatório nº 001/2026, instaurado pela Prefeitura Municipal de Cataguases-MG, que visa ao **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e desinfecção de caixas d'água.**

O procedimento foi solicitado por diversas Secretarias do Município e seguirá a modalidade **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento de **menor preço por lote/item**. O valor global estimado da contratação é de **R\$ 146.990,49** (cento e quarenta e seis mil, novecentos e noventa reais e quarenta e nove centavos).

A documentação apresentada inclui o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Termo de Referência, a cotação de preços e a minuta do edital, todos fundamentados na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e em normativos municipais.

É o relatório do essencial. Passo à análise.

2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A pretensão administrativa de realizar o Processo Licitatório 001/2026 encontra adequado amparo na legislação federal e municipal vigente. Conforme documentação analisada, a Administração Municipal estruturou o processo licitatório observando rigorosamente os requisitos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, bem como pelas normas municipais correlatas.

Verificou-se que o planejamento, a justificativa técnica, a pesquisa de preços e os procedimentos administrativos guardam conformidade substancial e formal com a legislação de regência. Contudo, há pontos críticos que demandam atenção específica, tanto para garantir a segurança jurídica quanto para evitar questionamentos pelos órgãos de controle.

2.1. Da Legalidade e Adequação da Modalidade Licitatória

O Processo Licitatório 001/2026 foi concebido na modalidade Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços. Essa escolha revela-se legal, adequada e suficientemente fundamentada pelos documentos que integram o processo administrativo.

O Pregão Eletrônico é modalidade licitatória apropriada para a contratação de bens e serviços comuns, categoria em que se enquadra o objeto da presente contratação, conforme literalmente disposto no art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, que define como serviços comuns "aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais de mercado".

No caso em tela, o Termo de Referência (ANEXO IX) declara expressamente que "a aquisição se enquadra na classificação de serviços comuns", adequação que encontra verificação na própria descrição dos itens, cujas especificações técnicas são claras, objetivas e mensuráveis, abrangendo esvaziamento completo do reservatório, remoção de sedimentos e incrustações, lavagem com produtos aprovados e desinfecção interna com solução clorada ou sanitizante autorizado pelos órgãos competentes.

A natureza pública desses serviços, bem como sua importância para a saúde e segurança dos usuários das instalações municipais, justifica plenamente a busca de maior competitividade através do Pregão Eletrônico, instrumento que possibilita ampla participação de fornecedores mediante plataforma eletrônica centralizada, reduzindo custos de participação e maximizando o número de propostas.

O Sistema de Registro de Preços, conforme previsão dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, constitui procedimento auxiliar legítimo e adequado à natureza da contratação pretendida. Os artigos citados estabelecem que a Administração Pública, quando a licitação for realizada para "futuras e eventuais contratações", pode registrar preços em ata para utilização posterior "conforme sua necessidade, durante a vigência da ata, utilizando os preços e as condições já estabelecidos".

A presente contratação se enquadra perfeitamente nesse cenário, pois se trata de demanda compartilhada por múltiplas Secretarias (Administração, Serviços Urbanos, Desenvolvimento Social, Fundo do Desenvolvimento Social, Fazenda, Cultura e Turismo, CATRANS, Obras e Esportes), cujas necessidades variam ao longo do tempo e conforme situações específicas de cada entidade, justificando a natureza parcelada e eventual da prestação de serviços.

2.2. Da Pesquisa de Preços e Estimativa de Valor

A pesquisa de preços para estimação do valor da contratação foi conduzida conforme os parâmetros estabelecidos pela Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, que regulamenta a execução da Lei nº 14.133/2021.

Conforme documentação juntada (ANEXO VI – Mapa Analítico de Cotação de Preços), foram consultadas múltiplas fontes públicas e oficiais, abrangendo o Banco Nacional de Compras, Bolsa Brasileira de Mercadorias, Portal de Compras Públicas, Compras.gov.br, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

O período de pesquisa compreendeu 03 de dezembro de 2025 a 15 de dezembro de 2025, prazo adequado para captura de dados representativos de mercado. O valor total estimado de R\$ 146.990,49, resultante da análise de oito itens discriminados com suas respectivas quantidades e valores unitários (Item 1: R\$ 226,56 por serviço de 250L; Item 2: R\$ 437,20 por serviço de 500L; Item 3: R\$ 468,86 por serviço de 1.000L; Item 4: R\$ 565,28 por serviço de 1.500L; Item 5: R\$ 733,38 por serviço de 2.000L; Item 6: R\$ 1.317,09 por serviço de 5.000L; Item 7: R\$ 1.491,67 por serviço de 10.000L; Item 8: R\$ 1.648,56 por serviço de 30.000L), demonstra rigorosa metodologia e adere às melhores práticas de transparência e rigor na estimação de valores.

A decomposição por itens e tamanhos de caixa revela preocupação com a precisão, uma vez que caixas maiores demandam maior volume de serviço e custos correlatos, justificando a progressão de valores. Não foram identificadas inconsistências ou saltos desproporcionais que pudessem comprometer a fidedignidade da estimativa.

2.3. Da Necessidade e Justificativa Técnica

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) fundamenta com profundidade técnica e legal a necessidade da contratação. A limpeza e desinfecção de caixas d'água constitui obrigação decorrente de normas sanitárias vigentes, particularmente das diretrizes da Vigilância Sanitária, que recomendam procedimentos de higienização semestral ou conforme necessidade identificada.

O documento adequadamente aponta os riscos sanitários de não execução desses procedimentos, incluindo acúmulo de resíduos e sedimentos, deterioração biológica, proliferação de microrganismos, contaminação por agentes patogênicos e possibilidade de surtos de doenças de origem hídrica. O risco à saúde de usuários, servidores e visitantes, bem como a possibilidade de danos às instalações hidráulicas e comprometimento das atividades institucionais, justificam amplamente a contratação sob perspectiva de legalidade, eficiência administrativa e cumprimento de obrigações sanitárias impostas pela lei.

Ainda, o ETP documenta rigorosamente a análise de três modalidades alternativas de atendimento da necessidade identificada: (1) Contratação de serviços completos (mão de obra, materiais e equipamentos); (2) Contratação apenas da mão de obra com fornecimento de materiais pela Administração; e (3) Execução com mão de obra própria. Referida análise comparativa está alinhada ao art. 5º, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece os princípios de economicidade e vantajosidade como fundantes do sistema de licitações e contratos.

O Estudo conclui adequadamente que a Opção 1 (Contratação completa) é "a modalidade mais vantajosa, eficiente e segura para a Administração", justificando que "garante a continuidade e agilidade dos serviços, reduz custos indiretos e evita compras fracionadas pela contratante, minimiza riscos operacionais e técnicos, centraliza a responsabilidade na empresa contratada, apresenta melhor relação custo-benefício e menor carga administrativa". Tal análise comparativa é rigorosa, legalmente fundamentada e reduz a margem de questionamento por órgãos de controle.

2.4. Do Critério de Julgamento: Menor Preço por Lote

O Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2026 estabelece como critério de julgamento o "maior desconto por lote/item", conforme item 1.3 do instrumento convocatório. Contudo, essa formulação revela-se tecnicamente imprecisa e potencialmente geradora de confusão jurídica e administrativa, demandando correção formal antes da publicação do certame.

A análise integrada de toda a documentação do processo (Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Mapa Analítico de Cotação de Preços e demais anexos) aponta consistentemente para a modalidade de julgamento pelo Menor Preço por Lote, não por "maior desconto". Esta inconsistência entre a redação do item 1.3 e o restante da documentação representa um segundo ponto crítico de elevada relevância que demanda atenção específica.

A distinção entre os dois critérios não é meramente semântica, mas substancialmente jurídica e operacional. O critério de "Menor Preço" refere-se ao simples confronto de propostas, selecionando-se aquela que apresenta o menor valor absoluto pelo objeto ou serviço. Este é o critério tradicionalmente utilizado em licitações para serviços comuns e se alinha perfeitamente com a metodologia da pesquisa de preços realizada conforme Instrução Normativa nº 65/2021, que estimou valores unitários para cada modalidade de serviço mediante média aritmética.

O critério de "Maior Desconto", por sua vez, pressupõe a existência de um "preço base" ou "valor máximo de referência" sobre o qual se aplica um desconto percentual, sendo metodologicamente mais complexo e adequado apenas quando há tabelamento prévio e explícito de valores de referência que será utilizado como base para cálculo do desconto.

A Lei Federal nº 14.133/2021, art. 32, §4º, autoriza ambas as modalidades: "julgamento das propostas por maior desconto aplicado sobre o preço base ou valor máximo de referência". Porém, a aplicação correta depende da estrutura escolhida e devidamente documentada no processo administrativo.

No presente caso, a Administração optou pela pesquisa de preços com estimação de valores unitários para cada item (R\$ 226,56; R\$ 437,20; R\$ 468,86; R\$ 565,28; R\$ 733,38; R\$ 1.317,09; R\$ 1.491,67; R\$ 1.648,56), o que corresponde precisamente à modalidade de Menor Preço, não de "maior desconto".

A manutenção da redação atual do item 1.3 do Edital criará ambiguidade operacional no momento da abertura e julgamento das propostas. Os licitantes poderão questionar se devem ofertar simplesmente um preço menor que o estimado (Menor Preço) ou se devem calcular desconto percentual sobre valor base (Maior Desconto)

. Órgãos de controle (TCU, TCMG) poderão questionar a compatibilidade entre a descrição textual do critério (maior desconto) e a metodologia efetivamente adotada (pesquisa de preços com valores unitários).

O **Termo de Referência**, especificamente no item 12.1, descreve adequadamente a modalidade: "O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**".

Igualmente, o Estudo Técnico Preliminar fundamenta a decisão metodológica afirmando que "a adoção do critério de Menor Preço por Lote evita fragmentação injustificada do objeto, em observância ao que orientam os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade previstos na legislação federal de licitações". O Mapa Analítico de Cotação de Preços apresenta, para cada item, um "Preço Estimado" único, não um "valor máximo de referência" sujeito a desconto. Toda a documentação converge para o entendimento de que o critério é Menor Preço por Lote.

A redação atual do item 1.3 representa, portanto, um erro redacional material que contradiz a intencionalidade documentada no processo administrativo e desvia da metodologia efetivamente adotada. Este erro pode comprometer a lisura do processo, expor a Administração a questionamentos, e até mesmo fundamentar pedidos de impugnação do Edital ou suspensão do certame por órgãos de controle ou licitantes prejudicados.

Assim, recomenda-se a imediata correção do item 1.3 do Edital, alterando a redação de "O critério de julgamento adotado será o maior desconto por lote/item" para "O critério de julgamento adotado será o menor preço por lote". Complementarmente, recomenda-se incluir redação explicativa que esclareça: "O julgamento dar-se-á pela comparação dos preços totais ofertados para cada lote, selecionando-se a proposta que apresentar o menor valor, respeitadas as exigências técnicas e de habilitação constantes neste Edital. Não será admitida oferta de itens isolados; cada licitante deve ofertar proposta para a integralidade dos oito itens que compõem o lote único".

A adoção do critério de menor preço por lote (e não por item individual) encontra sólida fundamentação técnica no Termo de Referência, que adequadamente argumenta que a "adoção do critério Menor Preço por Lote evita fragmentação injustificada do objeto,

em observância ao que orientam os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade previstos na legislação federal de licitações".

Referida opção metodológica proporciona uniformidade na execução dos serviços, maior eficiência operacional, facilidade de fiscalização e gestão contratual, redução de custos indiretos por multiplicidade de contratos e ordens de serviço, agilidade na execução e garantia de atendimento integral do objeto. A jurisprudência dos Tribunais de Contas e do Poder Judiciário reconhece que o fracionamento injustificado de objetos viola os princípios de economicidade e eficiência, razão pela qual a opção por lote único é não apenas legal, mas recomendável.

Contudo, identifica-se outro ponto crítico que demanda atenção: existe aparente contradição redacional entre o item 1.2 do Edital, que faculta "a participação em quantos itens forem de seu interesse, quando houver mais de um", e o item 1.2.1, que exige que "o licitante deverá oferecer proposta para TODOS os itens que o compõem, sob pena de desclassificação". Esta incongruência pode gerar confusão entre potenciais licitantes e questionamentos por órgãos de controle.

A redação adequada deveria esclarecer expressamente que se trata de lote único e indivisível, exigindo do licitante oferecimento de proposta para a totalidade dos oito itens, vedando ofertas parciais. Alternativamente, se a intenção foi permitir ofertas por itens específicos, o Edital deveria ser revisado para eliminar a menção a "lote" e autorizar explicitamente a participação parcial, o que exigiria revisão da fundamentação técnica prévia.

2.5. Das Exigências de Cumprimento de Leis Municipais Correlatas

A análise revela que foram anexados ao processo e referenciados no Edital diversos diplomas municipais que impõem obrigações específicas aos contratados. Especificamente, a Lei Municipal nº 4.971, de 14 de agosto de 2023 (Programa Municipal de Contratação de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica), e a Lei Municipal nº 4.853,

de 20 de junho de 2022 (Reserva de Vagas de Primeiro Emprego), estabelecem obrigações que incidem sobre a presente contratação.

Contudo, verificou-se que a documentação disponível não permite confirmação inequívoca de que referidas disposições foram plenamente transpostas para as cláusulas obrigatórias do Edital do Pregão Eletrônico.

Quanto à Lei Municipal nº 4.971/2023, seu art. 5º estabelece obrigatoriedade de "contratação de mulheres vítimas de violência doméstica, no percentual de 8% (oito por cento) da mão de obra total requerida para cumprimento das obrigações pactuadas", aplicável "sempre que a execução do objeto da avença ou cumprimento de encargo requeira a alocação de mão de obra pelo particular, com quantitativos mínimos de vinte e cinco colaboradores".

O objeto em tela – limpeza e desinfecção de caixas d'água – envolve prestação de serviços que necessariamente requer alocação de mão de obra. Embora o quantitativo mínimo de 25 colaboradores possa não ser atingido em cada execução individual do serviço, a soma das demandas das diversas Secretarias e a natureza contínua da relação contratual (Ata de Registro de Preços por 12 meses) sugerem que essa obrigação incidiria sobre a contratação.

A Lei Municipal nº 4.971/2023 exige que o Edital contenha "a obrigação do interessado efetivar a contratação de mulheres vítimas de violência doméstica, no percentual de 8%" (art. 5º), sob pena de o contrato ser "cláusula obrigatória" (art. 6º). Portanto, recomenda-se que o Edital seja revisado para incluir expressamente referida obrigação.

Quanto à Lei Municipal nº 4.853/2022, seu art. 1º e parágrafo único estabelecem que "fica obrigada a disponibilidade de 10% das vagas dos contratos de empresas terceirizadas com pelo menos dez empregados" para "jovens de 18 a 29 anos em busca de seu primeiro vínculo empregatício" e que "nas contratações de obras e serviços pela Administração Municipal (...) o contratado (...) fica obrigado a inserir jovens que residem no município de Cataguases e que ainda não tiveram acesso ao primeiro emprego".

O objeto em tela (serviços de limpeza e desinfecção) enquadra-se na categoria "contratações de serviços pela Administração Municipal", sendo legalmente exigível a reserva de 10% de vagas para jovens em primeiro emprego. O art. 2º da referida lei determina que "nos editais de licitação ou outros instrumentos convocatórios (...) deverá constar a obrigação do cumprimento dos termos desta Lei".

Portanto, recomenda-se igualmente que o Edital seja revisado para incluir expressamente referida obrigação, bem como os critérios de comprovação.

2.6. Da Adequação Orçamentária e Autorização Legal

O Termo de Referência (ANEXO IX, item 19.1) identifica adequadamente os centros de custos responsáveis pelas despesas, dispersando-as entre nove Secretarias/Setores (Administração – Centro 2; Serviços Urbanos – Centro 13; Desenvolvimento Social – Centro 6; Fundo do Desenvolvimento Social – Centro 7; Fazenda – Centro 4; Cultura e Turismo – Centro 11; CATRANS – Centro 14; Obras – Centro 12; Esportes – Centro 17).

Esta alocação descentralizada reflete adequadamente a natureza compartilhada da demanda. A dispersão de centros de custos evita concentração indevida de despesa e demonstra que a necessidade foi identificada por múltiplas unidades, justificando a contratação pela modalidade de Ata de Registro de Preços com parcelamento eventual.

2.7. Da Conformidade com Princípios Constitucionais e da Lei nº 14.133/2021

A estruturação do Processo Licitatório 001/2026 observa adequadamente os princípios constitucionais de Administração Pública (art. 37, CF/88) e os princípios específicos da Lei nº 14.133/2021 (art. 5º).

Especificamente:

- Legalidade: Fundamentação em Lei Federal nº 14.133/2021 e normas municipais;

- Impessoalidade: Utilização de plataforma eletrônica que automatiza procedimento e reduz discricionariedade;
- Moralidade: Processo transparente, documentado e com anuência de órgãos supervisores;
- Publicidade: Publicação em plataforma eletrônica centralizada;
- Eficiência: Modalidade Pregão Eletrônico maximiza participação e competitividade; critério de menor preço incentiva propostas mais vantajosas;
- Padronização de Critérios: Critério de julgamento bem definido e conhecido antecipadamente;
- Economicidade: Pesquisa de preços conforme IN 65/2021 com múltiplas fontes;
- Vantajosidade: Análise comparativa de modalidades de atendimento;
- Segurança Jurídica: Fundamentação técnica robusta e documentada;
- Competitividade: Pregão eletrônico abre participação a qualquer licitante credenciado;
- Razoabilidade e Proporcionalidade: Exigências proporcionais ao objeto; sanções não identificadas como excessivas.

2.8. Pontos Críticos Identificados

2.8.1. Contradição Redacional entre Itens 1.2 e 1.2.1 do Edital

Conforme identificado na Seção 2.1.4, existe aparente conflito entre o item 1.2 do Edital, que faculta "participação em quantos itens forem de seu interesse", e o item 1.2.1, que exige "proposta para TODOS os itens que o compõem, sob pena de desclassificação". Esta contradição redacional cria ambiguidade e pode gerar questionamentos legais.

Recomenda-se revisar redação antes de publicação final do Edital para: (a) esclarecer expressamente que se trata de lote único e indivisível, exigindo proposta integral, ou (b) se a intenção foi permitir ofertas parciais, revisar fundamentação técnica e estrutura de itens, e eliminar expressamente a referência a "lote".

2.8.2. Transposição Incompleta de Leis Municipais Correlatas para o Edital

Embora as Leis Municipais nºs 4.971/2023 (mulheres vítimas de violência) e 4.853/2022 (primeiro emprego) sejam referenciadas como anexos (ANEXO XII e ANEXO XI, respectivamente), não se verificou documentação confirmatória de que suas disposições foram plenamente transpostas para cláusulas obrigatórias do Edital e seus anexos.

Recomenda-se revisar o Edital para: (a) incluir expressamente cláusulas obrigando contratação de 8% de mulheres vítimas de violência doméstica (Lei nº 4.971/2023); (b) incluir expressamente cláusulas obrigando reserva de 10% de vagas para jovens em primeiro emprego (Lei nº 4.853/2022); (c) definir critérios de comprovação para ambas as obrigações; (d) prever sanções pelo inadimplemento, conforme autorizado pelas referidas leis municipais.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, e com base na análise técnica dos documentos apresentados e na legislação aplicável, esta Procuradoria opina pela **VIABILIDADE** da abertura do Processo Licitatório nº 001/2026, na modalidade Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços, para contratação de empresa especializada em prestação de serviços de limpeza e desinfecção de caixas d'água.

Contudo, a viabilidade está condicionada à adoção de medidas saneadoras e revisões redacionais que visam garantir segurança jurídica, conformidade com legislação municipal correlata, transparência e respeito aos princípios constitucionais de Administração Pública.

3.1. Questões Centrais de Conformidade

A análise jurídica do processo revela que os elementos essenciais de uma licitação legítima foram adequadamente estruturados:

- a) **Necessidade Justificada:** Estudo Técnico Preliminar demonstra legalmente a necessidade e proporcionalidade da contratação, com análise comparativa de modalidades alternativas;
- b) **Modalidade Adequada:** Pregão Eletrônico é modalidade legítima para serviços comuns;
- c) **Pesquisa de Preços Rigorosa:** Conforme IN 65/2021 com múltiplas fontes e método matemático transparente;
- d) **Critério de Julgamento Adequado:** Menor preço por lote está fundamentado em princípios de economicidade e eficiência;
- e) **Conformidade Constitucional:** Observância dos princípios do art. 37 CF/88 e do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

3.2. Cumprimento dos Requisitos Materiais

Apesar dos pontos críticos redacionais identificados na Seção 2.2, a análise dos autos revela que os requisitos materiais para conformidade legal foram, na integralidade, estruturados de forma adequada:

- a) **Justificativa da Necessidade:** Foi devidamente apresentada em Estudo Técnico Preliminar detalhado;
- b) **Pesquisa de Preços:** Foi realizada conforme IN 65/2021 com certificação de rigor metodológico;
- c) **Análise de Modalidades:** Foram comparadas três alternativas com conclusão bem fundamentada;
- d) **Adequação Orçamentária:** Foram identificados centros de custos de forma dispersa e apropriada;
- e) **Conformidade Constitucional:** Todos os princípios constitucionais foram observados na estruturação.

3.3. Recomendações para Viabilidade

Para garantir plena conformidade legal e segurança jurídica do processo, recomenda-se adoção das seguintes providências antes da publicação final do Edital:

- 1) **Resolução da Contradição Redacional:** recomenda-se a imediata correção do item 1.3 do Edital, alterando a redação de "O critério de julgamento adotado será o maior desconto por lote/item" para "O critério de julgamento adotado será o menor preço por lote". Revisar itens 1.2 e 1.2.1 do Edital para esclarecer se se trata de lote único obrigatório ou se permite ofertas parciais. Caso se mantenha lote único (conforme recomendado pela análise técnica), eliminar facultatividade do item 1.2 e exigir explicitamente proposta para todos os oito itens.
- 2) **Inclusão de Cláusulas de Leis Municipais:** Incorporar ao Edital e seus anexos disposições das Leis Municipais nºs 4.971/2023 e 4.853/2022, incluindo: (i) Obrigação de contratação de 8% de mulheres vítimas de violência doméstica; (ii) Obrigação de reserva de 10% de vagas para jovens em primeiro emprego; (iii) Critérios de comprovação (residência no município e inexistência de vínculo empregatício); (iv) Sanções pelo inadimplemento conforme autorizado pelas leis municipais.

3.4. Parecer Final

Cumpridas as medidas saneadoras acima recomendadas, o Processo Licitatório nº 001/2026 poderá prosseguir de forma regular, segura e em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, legislação municipal correlata e princípios constitucionais de Administração Pública.

A aquisição de serviços de limpeza e desinfecção de caixas d'água, no valor estimado de R\$ 146.990,49, representa medida administrativa adequada, legal, economicamente vantajosa e necessária à preservação das condições de salubridade nas instalações da Prefeitura Municipal de Cataguases.

A contratação mediante Ata de Registro de Preços permite flexibilidade operacional para atendimento das demandas parceladas de diversas Secretarias ao longo de 12 meses, conforme necessidade identificada.

A modalidade Pregão Eletrônico garante competitividade, transparência e acesso de múltiplos fornecedores, maximizando as possibilidades de obtenção de melhores preços e condições.

É recomendação desta Procuradoria que, antes da publicação do Edital, todas as medidas saneadoras aqui indicadas sejam implementadas, em especial a revisão redacional, a inclusão de cláusulas municipais e a especificação de sanções. Tal procedimento evitará questionamentos futuros por órgãos de controle e reduzirá riscos de nulidade ou suspensão do processo.

S.M.J., é o parecer desta Procuradoria.

Cataguases, 12 de janeiro de 2025.

Jaqueline Bastos Coutinho
Procuradora do Município
OAB/MG 233.809